



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10580.009346/91-36

Sessão de : 24 de setembro de 1993

Recurso no: 91.665

Recorrente: COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA

Recorrida : DRF EM MACEIÓ - AL

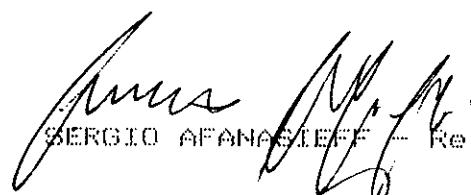
D I L I G E N C I A N° 203-00.178

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do relator.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1993.


OSVALDO JOSÉ DE SOUZA - Presidente


SÉRGIO AFANASIEFF - Relator


RODRIGO DARDEAU VIEIRA

— Procurador-Representante da Fazenda Nacional



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10580.009346/91-36

Recurso no: 91.665

Diligência no: 203-00.178

Recorrente: COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA

R E L A T O R I O

A Recorrente impugnou o lançamento do ITR/91, pois deixou de ser concedida a redução do imposto por indicação indevida de débitos de exercícios anteriores.

A fls. 06, a Divisão de Tributação da DRF em Maceió-AL informa que a Contribuinte está em débito com o ITR dos exercícios de 1986/87/88 e 90.

A autoridade julgadora singular, às fls. 10/11, julgou procedente o lançamento, pois a Contribuinte não comprovou o pagamento, conforme Memorando às fls. 07.

Irresignada, a Recorrente interpôs recurso voluntário, apresentando os seguintes fatos e argumentos de defesa:

a) há vários anos a Empresa vem requerendo a redução dos valores do ITR por estar nas condições exigidas por lei;

b) em 1987 e 1988, os pedidos foram feitos ao INCRA, Autarquia responsável pelo deferimento dos pedidos, à época;

c) os pedidos demoravam muito para serem atendidos;

d) a Empresa está quite com o Fisco - vide cópia do ITR/90 pago e anexo aos autos; e

e) no que se refere ao exercício de 1988, acrescenta que recebeu orientação do próprio INCRA para proceder ao recolhimento na conta corrente da Autarquia em pagamento à vista, conforme se prova pelo ofício INCRA/SR - 22/AL/C/nº 168/92, de 8/10/92, cópia anexa às fls.19/21.

Ao final, a Recorrente solicita seja tornada sem efeito a decisão recorrida, para fazer jus à redução do ITR, prevista na Lei nº 6.746/79.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no: 10580.009346/91-36

Diligência no 203-00.178

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERGIO AFANASIEFF

Os documentos existentes neste processo, na minha opinião, não elucidam a questão, daí a impossibilidade de um julgamento correto da lide.

Assim sendo, voto para que se converta este julgamento em diligência à repartição de origem, a fim de que seja solicitado ao INCRA-AL:

- a) confirmação da autenticidade do documento anexado às fls. 20, já que o mesmo é uma cópia e não está autenticada; e
- b) cópia autenticada do comprovante de depósito efetuado pela Recorrente na conta daquela repartição, conforme consta no documento citado no item anterior.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sérgio Afanásieff', is written over a stylized, flowing line.

SÉRGIO AFANASIEFF